



# Anais da Assembléia

Nº 07

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 09 DE MARÇO DE 1982.

ANO VIII

## 4.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9.ª LEGISLATURA

### ATA DA 5.ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 9 DE MARÇO DE 1982

TERÇA-FEIRA

Presidência do Sr. Deputado Fiori Luiz, secretariada pelos Srs. Deputados Trajano Bastos e Werner Wanderer.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: João Mansur, Gilberto Carvalho, Fiori Luiz, Augusto Carneiro, Nilso Sguarezi, Ezequias Losso, Edilson Alencar, Adalberto Daros, Airton Cordeiro, Antônio Cotrim, Antônio Facci, Basílio Zanusso, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, Del Ciel, Deni Schwartz, Egon Pudell, Erondy Silvério, Fabiano Braga Côrtes, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sanpaio, Gernote Kirinus, Gilberto Agibert Filho, João Elísio, José Domingos, José Domingos Scarpelini, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto de Oliveira, Mário Celso, Nilton Friedrich, Nelson Buffara, Nestor Baptista, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Romero Filho, Rosário Pitelli, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer e Wilson Fortes. (58).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

### SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Fiori Luiz) — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

### EXPEDIENTE:

### REQUERIMENTOS:

#### REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER a inserção em Ata de voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor Casemiro Marques, funcionário aposentado do Quadro de Pessoal desta Casa.

Outrossim, REQUER que da decisão da Casa dê-se ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 9 de março de 1982

(a) JOÃO MANSUR.

### JUSTIFICATIVA:

O presente requerimento tem seu objetivo fundado principalmente no reconhecimento e na prestação de justa homenagem a quem durante o período em que neste Poder trabalhou, prestou sempre com indiscutida fidelidade, bons serviços ao Poder Legislativo.

### REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, data vênica, e após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata da sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Edson S. Bernardo, ocorrido dia 5 do mês em curso, na Cidade de Primeiro de Maio, neste Estado.

REQUER, outrossim, seja por esta Casa comunicada à família do extinto, da decisão deste Plenário, em expediente a ser dirigido à viúva Dona Rosa Maria E. Bernardo e ao genitor do ilustre desaparecido, Sr. Jorge Bernardo, às ruas 9, n.º 759 e 13 n.º 327, respectivamente, em Primeiro de Maio.

Sala das Sessões, em 9 de março de 1982.

(a) VALDUGA.

### JUSTIFICATIVA:

Através da presente proposição deseja o autor tributar uma justa homenagem a um dos filhos mais queridos do Município de Primeiro de Maio.

Edson S. Bernardo, filho do ex-Prefeito Jorge Bernardo, deixou, ao falecer, profunda marca de uma personalidade forte, voltada para o bem estar da coletividade. Sobretudo, deixou exemplos de trabalho e de amor à sua cidade, à sua família e a seus amigos, a totalidade dos munícipes de Primeiro de Maio de toda a região.

Deixa viúva Dona Rosa Maria E. Bernardo e filhos, mas, deixa com seu prematuro passamento, uma lacuna que dificilmente será preenchida, embora os exemplos de probidade que deixa para os pósteros.

O signatário da presente propositura julga de Justiça a homenagem e por isso a submete à esclarecida e douta apreciação deste Plenário.

### REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto Plenário, a consignação em Ata, na data de hoje, de um voto de profundo pesar pelo infausto passamento do Senhor AGENOR DE PAULA SANTOS, ocorrido na Cidade de Guarapuava, e que a decisão da Casa se dê ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 09 de março de 1982.

(a) GILBERTO AGIBERT FILHO.

### JUSTIFICATIVA:

O Senhor AGENOR DE PAULA SANTOS, tendo quase toda uma existência pela frente, sucumbiu vitimado por um enfarte, deixando enlutada a comunidade guarapuavana e prudentopolitana, devido ter residido grande parte de sua existência nesta última cidade, onde deixou uma trajetória de testemunhos de amizade, bondade e filantropia.

O presente voto a registrar, além do mérito, será um marco de reconhecimento dos cidadãos das cidades de GUARAPUAVA e PRUDENTÓPOLIS, e deste Deputado e particular amigo que apresenta esta manifestação de solidariedade à família enlutada.

### REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a consignação de um voto de regozijo ao jornalista Dino Almeida pela realização da 17ª pro-

moção de "A Gazeta de Caiobá", recentemente realizada.

Requer, outrossim, que da decisão desta Casa, seja dado conhecimento ao homenageado, aos jornais "A Gazeta do Povo" e "Diário Popular" e à Televisão Paranaense, Canal 12".

Sala das Sessões, em 9 de março de 1982

(a) GABRIEL SAMPAIO.

#### JUSTIFICATIVA:

Nos dias presentes, o turismo alcança grande significado pelos recursos e divisas que gera, possibilitando ao poder público as condições indispensáveis à realização de obras e benefícios à população.

Durante muito tempo o nosso litoral permaneceu praticamente esquecido pelos paranaenses e, desconhecido pelos turistas dos demais estados.

Esta condição vem sendo dissipada de alguns lustros para esta data. Para isto, foram decisivas uma série de promoções. Algumas por iniciativa do poder público, como é exemplo o recente "Projeto Sol Maior", da Secretaria da Cultura e do Esporte.

Todavia, as atividades pioneiras que descortinaram as nossas belezas naturais aos paranaenses e aos brasileiros, devem-se muito a iniciativas individuais.

Sem réstia de dúvidas, um dos pontos altos para a revelação do nosso litoral tem sido o jornalista Dino Almeida, através da sua promoção "A Garota Caiobá", realizada anualmente, recentemente, levada a efeito a sua 17a. versão. Como sempre, revestida de grande sucesso.

Trata-se de uma promoção eivada de grande significado para o nosso turismo e nosso litoral, razão pela qual foi incorporada ao Calendário Turístico da Paranatur.

A sua realização transcende ao mero caráter social do evento, que por si só já seria louvável, para constituir-se em uma obra magnífica de divulgação e atração de turistas de outras terras, através as presenças de destacadas personalidades do cenário nacional e internacional.

A destacada promoção do jornalista Dino Almeida, que neste ano comemora 30 anos de atividades no Paraná, sendo 27 deles como jornalista, conta com o apoio e o prestigiamto de "A Gazeta do Povo", "Televisão Paranaense, Canal 12" e "Diário Popular", a quem estendemos as nossas homenagens.

Pelo muito que tem proporcionado aos diversos segmentos que habitam em nossas comunidades litorâneas, beneficiários maiores daquelas programações, apresentamos a presente propositura.

#### REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente, REQUER a inserção em Ata, de voto de congratulações e reconhecimento, ao funcionário deste Poder Legislativo recentemente aposentado, Joaquim Vieira da Silva. Outrossim, requer que da decisão da Casa dê-se ciência à pessoa do homenageado.

Sala das Sessões, em 9 de março de 1982.

(a) JOÃO MANSUR.

#### JUSTIFICATIVA:

O escopo do presente requerimento é prestar justa homenagem ao funcionário recém aposentado deste Poder, Senhor Joaquim Vieira da Silva.

Figura ímpar, que durante o longo período em que prestou serviços a esta Casa, soube sempre, dentro de sua simplicidade e humildade, grangear total consenso no seio de seus colegas e Senhores Deputados que por aqui passaram.

De parabéns portanto este Poder Legislativo, pelo privi-

légio de poder ter tido em seu quadro funcional, pessoa de tão mercante passagem, que desde já deixa indelével saudade.

#### REQUERIMENTO

##### SÚMULA:

REQUER, o envio de expedientes aos Excelentíssimos Senhores, DOUTOR CARLOS LANGONI, Presidente do Banco Central do Brasil, DOUTOR GIL MACIEIRA, Presidente da Caixa Econômica Federal do Paraná, DOUTOR EULER MONTEIRO CARNEIRO DA CUNHA, Gerente Geral da Caixa Econômica Federal para o Estado do Paraná, e ao DOUTOR MÁRIO ALTAIR DE BONA, Gerente Regional da Caixa Econômica Federal, conforme o exposto abaixo:

Sr. Presidente.

O Parlamentar que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER o envio de expedientes às autoridades acima mencionadas, no sentido de que seja o Município de Fênix, no Estado do Paraná, incluído entre os municípios que receberão a implantação e instalação de Agências da Caixa Econômica Federal, ainda no corrente ano, neste Estado.

Sala das Sessões, em 9 de março de 1982.

(a) LÁZARO DUMONT.

#### JUSTIFICATIVA:

A implantação e instalação de uma Agência da Caixa Econômica Federal no Município de Fênix, é uma velha aspiração das Lideranças daquela região, que poderão contar com uma Casa de Crédito na área federal, para suas reivindicações. Levando-se em consideração que se localiza em uma área estritamente agrícola, em grande fase de desenvolvimento, ligada com outras regiões por estrada pavimentada, e de livre acesso.

Além das autoridades acima, solicitamos o envio de cópias deste expediente ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, Câmara Municipal e ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Fênix.

#### REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido a Casa, seja encaminhado ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Paraná, General Ney Aminthas de Barros Braga, ao Excelentíssimo Senhor Doutor Jair Soares, digníssimo Ministro da Previdência Social, ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, General João Baptista de Oliveira Figueiredo, congratulações pela designação do superintendente do INAMPS no Paraná, Doutor Winston Antônio Bastos.

É plenamente justificável este requerimento em função do prestigiamto que tem o doutor Winston Antônio Bastos, que galgou sua indicação através do mérito profissional e de seu comportamento dentro das espinhosas funções que exerceu no interior durante quatro anos.

A Associação Médica do Paraná, Seção Regional de Ponta Grossa e o Presidente do Sindicato dos Médicos do Paraná, apresentam através de documento das classes o agradecimento pela ratificação de sua nomeação.

Igualmente a Câmara Municipal de Ponta Grossa, cumprimenta através de ofício e telegrama ao Excelentíssimo Senhor Governador Ney Braga, pela nomeação do operoso e capacitado médico doutor Winston Antônio Bastos para exercer a Superintendência Regional do INAMPS no Paraná.

Em todas as manifestações que foram emitidas através de ofícios e telegramas é ressaltada a capacidade profissional e administrativa do digno facultativo, com o apoio da

Associação Médica de Ponta Grossa, através de seu presidente Doutor Geraldo Burjato e do Presidente do Sindicato dos Médicos do Paraná, através do Doutor Augusto Garofani.

O Deputado que a este subscreve, pede Regime de Urgência para o envio das correspondências citadas.

Sala das Sessões, em 9 de março de 1982.

(a) CYRO MARTINS.

#### REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Parlamentar que a este subscreve, atendendo as formalidades regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Dr. NIVALDO ALMEIDA NETO, digníssimo Secretário de Estado dos Transportes, solicitando a construção, na PR-495, pistas em ambos os sentidos, além do acostamento, para o tráfego exclusivo de máquinas agrícolas.

É o que REQUER.

Sala das Sessões, em 9 de março de 1982.

(a) GERNOTE KIRINUS.

#### JUSTIFICATIVA:

Sem dúvida alguma, a Região Oeste do Paraná - no setor agrícola - é uma das mais mecanizadas do sul do País. O maquinário agrícola tem encontrado sérias dificuldades para ser transportado até nas lavouras, pelas vias asfaltadas da região. Autoridade alguma tem dado atenção a este problema sempre corajosamente enfrentado pelos agricultores, colocando em risco suas próprias vidas e não raro, devemos confessar, causando graves acidentes, até fatais.

Como as vias asfálticas geralmente atendem a urgentes reclamos político-eleitorais de algum cacique político da região, as mesmas não contam com acostamentos dignos de serem qualificados como seguros. E querendo evitar que acidentes continuem se repetindo pelas estradas asfaltadas e que venham a acontecer na PR-495, ora em construção, o Legislativo Municipal de Marechal Cândido Rondon, por sugestão do Vereador Ariovaldo Luiz Bier, se dirigiu até nós para que gestionássemos, junto aos órgãos competentes, para efetivação do benefício ora requerido.

Por julgar o assunto merecedor da apreciação deste órgão é que requeremos o empenho da Secretaria dos Transportes no atendimento do benefício, que virá, além de tranquilizar, trazer mais segurança aos que farão uso daquela rodovia.

#### REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, data vênica, e após ouvido o Plenário, o envio de expediente aos Excelentíssimos Senhores Ministros da Agricultura e do Planejamento, Governador Ney Braga e Secretário da Agricultura do Estado do Paraná, pedindo providências no sentido de garantir aos cotonicultores paranaenses o preço mínimo reivindicado pela classe, para a safra deste ano.

Sala das Sessões, em 9 de março de 1982.

(a) VALDUGA.

#### JUSTIFICATIVA:

Pretende o autor da presente proposição sanear uma crise realmente grave que afeta sensivelmente o setor da cotonicultura paranaense, especialmente na região de Assaí, Santa Cecília do Pavão e Campo Mourão.

O que se verifica é que o preço mínimo fixado para a safra deste ano não corresponde à realidade dos encargos e ônus da produção, agravado este fato pelo atraso no pagamento das parcelas de financiamento pelo Banco do Brasil, escassez de mão-de-obra, problemas de ordem climática e outros.

Segundo o que apuramos junto ao Sindicato Rural de Assaí, a manutenção do preço mínimo em torno de Cr\$ 962,00 a arroba representa, antes mesmo de um profundo golpe no bolso do produtor, também um desestímulo irreversível, já que o custo médio da produção é da ordem de Cr\$ 1.288,03 a arroba.

Sr. Presidente: as estimativas levantadas demonstram que os produtores sofrerão, este ano, prejuízo da ordem de 33 por cento, o que caracteriza, sem dúvida, uma perspectiva sombria, a justificar plenamente o clima de apreensão e descontentamento que paira no setor da cotonicultura. Sobretudo porque o Governo subsidia a indústria automobilística, em detrimento do algodão, é que os produtores fazem coro, manifestando profundo descontentamento, em vista de, por falta de recursos, no caso as máquinas de beneficiamento, o que lhes agrave consideravelmente a remuneração.

Este é o quadro da cotonicultura do Paraná, e é por isso que apelamos às autoridades responsáveis pela produção, com vistas às providências que assegurem maior tranquilidade à cotonicultura do Paraná.

#### REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, data vênica, e após ouvido o Plenário, seja por esta Casa enviado expediente aos Excelentíssimos Senhores Ministro dos Transportes, Engenheiro Eliseu Resende, ao Diretor-Geral do DNTER, Engenheiro Cloraldino Soares Severo; ao Governador Ney Braga e ao Secretário dos Transportes, Engenheiro Nivaldo Almeida Neto, solicitando urgentes providências visando a restauração do leito trafegável da BR-376 - Rodovia do Café, trecho Ponta Grossa-Mauá e trevo de Apucarana. REQUER, outrossim que, além da restauração da pista de rolamento, com o devido recapeamento, seja providenciado o alargamento dos acostamentos e curvas, recomposição do sistema de sinalização horizontal e vertical, que se encontra atualmente em precárias condições.

Sala das Sessões, em 9 de março de 1982.

(a) VALDUGA.

#### JUSTIFICATIVA:

São de grande oportunidade as providências que estamos solicitando às autoridades federais e estaduais ligadas ao setor dos transportes, em relação a BR-376 - Rodovia do Café. Na realidade, esse importante eixo rodoviário, construído na primeira gestão de Ney Braga no Governo do Paraná, constitui-se no grande elo de ligação Norte-Sul, tendo sido responsável, ao longo dos anos, pelo incremento da produção e das exportações paranaenses via Paranaguá.

Ocorre que o movimento de veículos nessa rodovia cresceu muito nos últimos anos e, considerando que, desde sua implantação ela nunca mereceu maiores cuidados quanto à conservação e restauração, muito natural que se apresente hoje em precárias condições, oferecendo sérios riscos aos transeuntes.

Trata-se de uma rodovia federal, já inserida no contexto dos "Corredores de Exportação" que merece providências que a viabilizem efetivamente como um dos fatores de integração Norte-Sul e como caminho natural da produção agrícola de vasta área na direção do porto de Paranaguá e dos mercados consumidores do Sul do Estado.

Por isso, justifica-se a preocupação desta Casa quanto à necessidade das providências que estamos requerendo e que, por certo, encontrarão a ressonância que todo o Paraná espera, por parte das autoridades destinatárias.

#### REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas

atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, que seja transcrito nos Anais desta Assembléia, o editorial "Que Deus nos Ajude", do jornal "O Estado do Paraná", em 9 de março de 1982.

Sala das Sessões, em 9 de março de 1982.

(a) ADALBERTO DAROS.

# REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o encaminhamento de expediente ao Excelentíssimo Senhor NEY AMINTAS DE BARROS BRAGA, digníssimo Governador do Estado, solicitando que sejam destinadas verbas específicas para os Municípios de Capitão Leônidas Marques e Catanduvas, no sentido de CONSTRUIR UMA PONTE SOBRE O RIO TORMENTA, com aproximadamente 20 metros de vão, na localidade de Linha São Lucas.

Sala das Sessões, em 9 de março de 1982.

(a) FIDELCINO TOLENTINO.

## JUSTIFICATIVA:

Esta obra foi solicitada ao Sr. Secretário dos Transportes em novembro de 1981, que em fevereiro último apenas informou que se trata de uma obra de responsabilidade municipal a ser partilhada por Capitão Leônidas Marques e Catanduvas, razão porque não há previsão no programa de obras do D.E.R.

Evidentemente que se esperava uma posição menos evasiva daquela Pasta, pois que na discussão do Orçamento do Estado não há como alterar o epigrama por força de duas condicionantes hoje indiscutíveis. A primeira, que a maioria dos parlamentares pertencem ao partido do Governo, os quais seguem dogmaticamente as determinações do Chefe do Executivo. A segunda, de natureza menor, que é a constitucional.

Entretanto, o que motiva esta promoção é a forma pela qual os assuntos propostos pelos Deputados opositoristas são interpretados, prática que vem sendo notada ao longo destes últimos anos. Vale dizer, a aparência é de que a Oposição propõe, tem o veto e a rejeição liminar da área executiva.

Ademais, trata-se de uma obra de relevante valor econômico e social para a região e não somente para os municípios implicados, e muito mais, a resposta da Secretaria dos Transportes dá a entender que desconhece estar a ponte, objeto da reivindicação, entre dois municípios que recentemente foram emancipados, e que em decorrência de tal fato, as respectivas sedes máters deixam de prestar o merecido e necessário atendimento das áreas, como seria exigível se não tivessem se desmembrado.

Além disso, a circunstância de não estar a obra consignada no orçamento, não invalida o pedido, até porque a maleabilidade ou remanejamento de verbas orçamentárias não encontra obstáculos legislativos.

Em face do exposto e tendo em vista a relevância do pedido, fica reiterada a petição, para que o Governo do Estado, através de Sua Excelência, o Governador, que é menos insensível, possa redirecionar a posição da Pasta dos Transportes.

## PROJETO DE LEI:

### PROJETO DE LEI N.º 12/82

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a Sociedade

IRMAS FRANCISCANAS DO CORAÇÃO DE JESUS, com sede e foro na Cidade de Rolândia.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 9 de março de 1982.

(a) ERONDY SILVÉRIO.

## JUSTIFICATIVA:

A entidade que pretendemos declarar de utilidade pública está devidamente registrada no Cartório das Pessoas Jurídicas e realmente presta serviços de assistência social, cumprindo o que dispõe a lei regulamentadora da matéria.

Assim sendo, apresentamos aos nobres Pares o presente projeto de lei, esperando o devido apoio e posterior aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Fiori Luiz) — Está finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Cyro Martins, inscrito.

O SR. CYRO MARTINS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Trazemos, hoje, um requerimento que, após a devida aprovação do Plenário, seja encaminhado ao Governador Ney Braga, ao Ministro Jair Soares, e a Sua Excelência o Presidente da República, João Baptista de Oliveira Figueiredo.

Nesse requerimento, pedimos as congratulações do novo superintendente do Paraná, Dr. Winston Antônio Bastos.

E é plenamente justificável esse requerimento, em função do prestigiamento que tem o Dr. Winston Antônio Bastos, que galgou a sua indicação através, exclusivamente, do mérito profissional e do seu comportamento dentro das espinhosas funções que exerceu no interior, durante 4 anos.

A Associação Médica do Paraná, Seção Regional de Ponta Grossa, e Presidente do Sindicato dos Médicos do Paraná apresentaram através do documento das classes, o agradecimento pela ratificação de sua nomeação. Igualmente a Câmara Municipal de Ponta Grossa cumprimenta, através de ofício e telegrama ao Excelentíssimo Sr. Governador Ney Braga, pela nomeação do operoso e capacitado médico, para exercer a Superintendência Regional do INAMPS no Paraná.

Em todas as manifestações que foram emitidas através de ofícios e telegramas, é ressaltada a capacidade profissional e administrativa do digno facultativo, com o apoio da Associação Médica do Paraná, através de seu Presidente, Dr. Geraldo Brujato, e do Presidente do Sindicato dos Médicos do Paraná, através do Dr. Augusto Garafani.

E, ao subscrever este requerimento, nós pedimos regime de urgência para que estes ofícios dirigidos às autoridades aqui indicadas, cheguem o mais cedo possível, com a maior brevidade.

É preciso ressaltar, Srs. Deputados, que a designação do Dr. Winston Bastos, não envolve político de Partido nenhum. Envolve apenas a sua capacidade profissional, a fim de que realmente possamos ter um INAMPS operando, trabalhando pelo Paraná, sem as interferências políticas, que sempre temos tido oportunidade de sentir, no desempenho das profissões daqueles que assumem cargos nestas condições.

O meu empenho, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é que o Governo do Estado, que as autoridades federais e aqueles ligados ao INPS e ao INAMPS tragam o apoio a este jovem que, através do seu trabalho, do seu profissionalismo e

mérito da sua correção, seja mantido no cargo, porque há interferências da politicagem, do Partido do próprio Governo, para retirar este rapaz, este médico, este profissional, do cargo.

E encareço que este requerimento, aprovado hoje, seja, de pronto, encaminhado às autoridades competentes.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fiori Luiz) — No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado José Tavares, inscrito.

O SR. JOSÉ TAVARES — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Volto à tribuna, nesta tarde, para reiterar, aqui, um apelo que fizemos na quinta-feira passada, ao Sr. Governador do Estado.

Esse apelo se refere à situação difícil, desesperadora, porque passa uma parcela considerável da população do Município de Porecatu.

Essa parcela considerável da comunidade de Porecatu está apreensiva diante da ameaça da SANEPAR, com sede em Londrina, de proceder o corte do fornecimento de água para, aproximadamente 800 famílias.

E não poderia ser diferente, Sr. Presidente, Srs. Deputados, essa apreensão, porque, na iminência de ver suas residências tolhidas num direito sagrado, humano e essencial, que é o direito de ter água em abundância, essa parcela significativa da comunidade está vivendo momentos de angústia, de desespero e de completo abandono das autoridades do setor.

Em Porecatu iniciou-se um boicote ao pagamento da tarifa de esgoto, tendo em vista o elevado custo que a SANEPAR vem cobrando. Para se ter uma idéia, cobra-se não só em Porecatu, mas em todo o Estado do Paraná, uma taxa correspondente a 100 por cento ao total gasto com o consumo de água.

Os moradores de Porecatu não se conformam com o excessivo valor que vem se cobrando arbitrariamente e discricionariamente, para o serviço de esgoto. E a única forma de fazer valer, de fazer com que a SANEPAR ouça os seus reclamos, foi adotar um boicote ao pagamento das tarifas de água, como forma de sensibilizar a SANEPAR a, pelo menos, rever a cobrança abusiva e excessiva da tarifa de esgoto.

E o que é pior, o serviço, em Porecatu, nem existe em todo o perímetro urbano da cidade. Mas, de todos os municípios é cobrada essa tarifa de 100 por cento. E não é só em Porecatu. Londrina e todos os municípios da região de Londrina, estão reclamando esse excessivo aumento da tarifa de água e esgoto.

E a SANEPAR vem anunciando, conforme ainda ontem, em Londrina, assistíamos as palavras do Superintendente daquela entidade, de que, amanhã, essas famílias teriam sua água cortada, diante do boicote, ou do não pagamento de suas tarifas.

Quero lembrar aqui, e reiterar o meu apelo ao Sr. Governador do Estado, que água é uma necessidade, é um bem essencial à saúde, à vida do povo. E não é possível, quando um povo se organiza e se levanta, para não aceitar passivamente esses abusos, vem o Governo, mais uma vez, com o seu poder autoritário, a ameaçar o povo de que, se não pagar, a água será cortada amanhã.

É por isso que aqui estamos, para deixar aqui o nosso protesto, nosso apelo, para que a água não venha a ser cortada.

Era só, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fiori Luiz) — A Mesa registra, com satisfação, as presenças neste plenário, do Dr. Raimundo do Prado Vermelho, Presidente da Associação Comercial e Industrial de Maringá e do Sr. Leonide Sola, membro da diretoria da mesma associação.

Dentro do Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, inscrito.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, declino.

O SR. PRESIDENTE (Fiori Luiz) — Não havendo mais oradores inscritos para o Pequeno Expediente, no Grande Expediente concedo a palavra ao Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, inscrito.

O SR. ERONDY SILVÉRIO (Pela ordem) — Sr. Presidente, eu estou verificando, salvo engano de minha parte, que a Mesa está incompleta, o que fere fundamentalmente o Regimento da Casa, portanto, ou Vossa Excelência completa a Mesa, ou Vossa Excelência terá que suspender a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Fiori Luiz) — Agradecemos e acatamos esta questão de ordem e convidamos o Sr. Deputado Lincú Turra, para completar a Mesa dos Trabalhos.

Para o Grande Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, inscrito.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Depois de muito tempo não via, nesta Casa, uma Mesa composta de eminentes Srs. Deputados, todos pertencentes à Oposição, quero dizer que se me afigura o prenúncio das mudanças que precisam ser operadas no Estado do Paraná. Há indícios de que o Estado já está cedendo espaço para que a Nação volte a triunfar ante a organização que a própria sociedade criou, e, Sr. Presidente, venho a esta tribuna no início deste 1982, para me posicionar, preliminarmente, com relação a episódios que têm causado estranheza à opinião pública deste Estado.

O Sr. Renato Bueno — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado, o meu aparte não é pertinente àquilo que Vossa Excelência vai dizer, é claro, mas sim, àquilo que Vossa Excelência já disse. É que acho que Vossa Excelência deveria estender as suas congratulações à Mesa, ao Plenário, eis que o Plenário também só tem Deputados da Oposição.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Agradeço a intervenção de Vossa Excelência.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, dizíamos que, a opinião pública paranaense e de todo o Brasil tem assistido episódios dos mais constrangedores que uma sociedade organizada pode perceber.

É que, o Estado do Paraná, Sr. Presidente, tem sido palco de ocupação das determinações e da orientação e da política imposta pelo Governo Federal, e, nesse sentido, ao longo destes anos, o Estado do Paraná tem cedido apenas o seu potencial agrícola, o seu potencial econômico e o seu potencial de população além do seu território, para os caprichos do Governo Federal. E neste campo, Sr. Presidente, quero fazer uma reminiscência, da ocupação do território, pelas bolas do sistema, na loucura e na voragem de distribuir as obras para engrandecer governos desta Revolução falida, o Estado do Paraná tem acolhido cabisbaixo, através da falta de presença de suas Lideranças, todos os projetos grandiosos do Governo, sobretudo no campo energético.

Veja-se, por exemplo, as grandes usinas que estão se implantando, ao longo destes anos, a partir do Rio Paranapanema, depois, descendo pelo Rio Iguaçu e agora também no Rio Paraná, e isto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, tem trazido um ônus muito grande para o povo paranaense, haja vista que da previsão populacional de dez milhões e meio de pessoas que

poderiam estar vivendo, convivendo, e habitando, trabalhando e progredindo neste Estado, o IBGE acaba de constatar que cerca de dois milhões e meio de pessoas evadiram-se do nosso território, largando um potencial de trabalho, de liderança, de pioneirismo, de conquista em setores específicos de sua atribuição, especialmente no campo da agricultura, deixam o nosso Estado ultrapassam o rio divisa, o Rio Paraná e adentram nas fronteiras do Paraguai.

Além disso, um potencial enorme de capacidade de Know-how adquirido no longo desses últimos 20 anos, foram transferidos e transportados para o Estado do Mato Grosso do Sul e de Mato Grosso, quando não em Rondônia e no Estado do Pará.

Este Paraná tem sido, Sr. Presidente, fornecedor de uma mão de obra qualificada e de grande potencial de divisas aqui conquistadas, exatamente em função de uma política de governo, e mais recentemente, Sr. Presidente, cerca de seis mil famílias que se situavam nas melhores terras que o Brasil dispõe, na região fronteira do Oeste do Paraná, desde 1973 a 1974, quando o Governo da Revolução, insistiu em fazer, em construir a faraônica obra da Usina Hidrelétrica de Itaipu, mais de 6 mil famílias, pressionadas pelo poder dominante através deste projeto e através também de uma imposição colocada pelo IBDF no Parque Nacional do Iguaçu mesmo dispondo de Escritura Definitiva de compra e venda dos seus imóveis, tiveram que abandonar aquela área e subir o curso do Rio Paraná, para hoje estarem praticamente sendo todos despejados em função da construção da Usina Binacional de Itaipu.

Sr. Presidente, de Foz do Iguaçu a Santa Helena, de Guaíra até Itaipu, quase todos os municípios do Oeste do Paraná que serão atingidos pelo reservatório da Binacional Itaipu, tem sofrido um enorme constrangimento, porque o Governo insensível aos problemas sociais insiste em fazer das suas determinações, posicionamentos de nível estritamente de natureza econômica e no curso destes últimos dois anos, Sr. Presidente, a mobilização daquele povo, especialmente, dos agricultores que dispunham de suas terras ao longo das margens do Rio Paraná, perderam, inclusive a vocação de trabalho no desenvolvimento da agricultura paranaense. E as reuniões feitas tanto com os dirigentes da Usina Binacional Itaipu, quanto de lideranças sindicais, do sindicato de trabalhadores daquela área, tem sido um trabalho exaustivo na busca do assentamento, da posição social das pessoas ali envolvidas nesse processo.

E apesar da presença maciça de lideranças de nível parlamentar, especialmente de lideranças ligadas à Oposição, até hoje, a Binacional Itaipu não vem cumprindo os contratos feitos com os colonos expropriados. E, recentemente se recorda, que uma grande passeata foi promovida no ano passado para sensibilizar as autoridades deste setor, no sentido de que o preço justo fosse praticado nos processos de indenização. Naquela oportunidade, depois de 56 dias de acampamento dos colonos, depois de negociações inclusive a nível de Governo, em que houve participação não só do INCRA mas, especialmente, por pressão sofrida, o próprio organismo de terra do Estado do Paraná foi chamado à colação para o ajustamento do preço. E mesmo assim, a Binacional, não aceitando a mediação feita através do Governo do Estado, permitiu que os colonos num trabalho exaustivo em que se mobilizaram todas as famílias envolvidas naquele processo, viessem a Foz do Iguaçu e sob o tacão da bota, sob as ameaças do aparato policial colocado ali pelo Governo do Estado, mesmo assim, não se cumpriu o desejo daquela população angustiada, daquela população sofrida, daquela população extorquida pelos fatos e pelos projetos.

Ainda víamos ontem nos jornais, que uma passeata com os remanescentes que ainda não tinham recebido o valor das expropriações, estava sendo promovida, no sentido de marchar novamente contra Foz do Iguaçu, especialmente contra as lide-

ranças da Binacional Itaipu. E por que, Sr. Presidente?

Porque o Estado do Paraná na angústia do seu povo, através dos seus dirigentes, praticamente só comparece depois das pressões violentamente colocadas pela mobilização popular.

E o exemplo neste Estado de sucesso das aspirações populares, tem sido uma prática indiscutível, porque mesmo no setor do magistério, não fossem as passeatas, as minguações conquistadas, não têm sido reconhecidas pelo Governo, como uma conquista do avanço popular que se dirige contra os administradores impostos pelo sistema vigente. Especialmente no caso de Foz do Iguaçu, da marcha das 600 famílias que ainda não receberam. O que ocorreu, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é que destas 600 famílias, segundo a própria orientação e declaração dos dirigentes da Binacional, no final do mês de dezembro não haveria um só colono que pudesse reclamar o preço das indenizações, porque o cronograma de pagamentos estava previsto para ser concluído em 1981, no último dia do mês de dezembro.

Esta a situação que nós, da Oposição, duvidávamos. Chegou-se à conclusão, agora, pelo movimento reiterado dos colonos, que o Governo permanece insensível e só recua, só atende, se realmente a população estiver organizada e direciona os seus movimentos, de nível popular, contra as arbitrariedades praticadas pelos homens do sistema.

É exatamente neste sentido que venho a esta tribuna para dizer e reconhecer que sob as ameaças de marcha de mais 600 agricultores, é que a Binacional Itaipu, talvez acossada pela pequena distância desta data até as eleições, talvez até por ser um ano político, não desejava questionar com estes remanescentes e procurara, antes mesmo que as coisas se agravassem, atender apenas uma parcela das reivindicações colocadas pelos agricultores.

**O Sr. Palácios** — Permite-me um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado, sem pretender interromper sua brilhante oração, não sei se Vossa Excelência tem em mãos, mas se tiver, gostaria que me informasse qual o preço atual das terras que deverão ser indenizadas e qual o preço que a Binacional Itaipu tem proposto em pagamento, para que possamos analisar a defasagem de valores. Se possível também, qual a demora no processo de indenização.

**O SR. FIDELCINO TOLENTINO** — Deputado, esta questão de preço ...

**O Sr. Palácios** — Em média, em valores aproximados.

**O SR. FIDELCINO TOLENTINO** — O grande problema não é a questão dos preços somente, não quero me situar em problema de preços que já há mais ou menos uma sublimação na pretensão dos agricultores. A notícia que acabo de receber das lideranças é de que, em face da ameaça de uma nova marcha à Foz do Iguaçu, a Binacional foi ao encontro, e é isto que estou colocando na tribuna, dos colonos, para que eles cumpram não só a questão de preço ajustado, mas o problema maior, o prazo. Porque tinha sido convencionado que depois de acertado o preço entre a pretensão e a disposição, reciprocamente, de colonos e direção de Itaipu, o prazo depois deste acerto seria de 15 dias que a Binacional Itaipu está retardando, não de 15, que era o ajuste feito, mas ultrapassando 15, 30, 60, chegando até 90 dias.

Uma das questões mais angustiantes deste processo expropriatório é, principalmente, fazer o acerto para o pagamento em 15 dias e a Binacional retarda o pagamento, procrastina e chega a 90 dias. Vossa Excelência sabe que em 90 dias a desvalorização chega a quase 35, 40 por cento. É este o grande problema, aliás o maior problema existente.

Mas tenho de dizer a Vossa Excelência que parece desconhecer, os ajustes feitos. Então, o grande problema não se fere



hoje, na distância entre os preços, porque os colonos, pressionados pela urgência de abandonar as terras, estão aceitando praticamente os preços colocados pela Itaipu. Entretanto, nesse novo acordo existente, são dois os aspectos de divergências: um, o problema de pagamento para os agricultores, para os proprietários ou posseiros de áreas rurais; e esses terão prazo ainda para completar a colheita. Se não me engano ainda terão um prazo de 90 dias, a partir de agora, para colocar à disposição de Itaipu esses terrenos.

**O Sr. Palácios** — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Eu, sem querer estabelecer uma discussão em paralelo, não é a minha intenção, Vossa Excelência, como advogado conhece bem as tramitações legais e poderá dizer depois que eles é que determinaram que seriam 15 dias após o entendimento entre a expropriante e o expropriado.

Mas após a concordância de preços, vamos chamar assim, a tramitação legal de escrituração e medição, eles estão fazendo como? Eu não sei como a Binacional está se comportando neste sentido. Se ela primeiro prepara a documentação? Porque isso poderia - não estou defendendo nem tenho procuração para a defesa daquela empresa. Mas é uma pergunta a título de esclarecimento pessoal. Porque em outras áreas já tenho alguma experiência neste assunto e as vezes a demora implica na documentação, exatamente.

**O SR. FIDELCINO TOLENTINO** — Não. A Itaipu dispõe de um arsenal completo, de um dossier individualizado de cada um dos expropriados. De forma que não há problema com relação a documento. Esta questão já está resolvida há muito tempo. O processo de pagamento não retarda, em função dos documentos. Porque todos os documentos indispensáveis a este pagamento, a esta quitação, estão em mãos da Itaipu que dispõe de cada um dos interessados, um dossier completo. Não há nenhuma questão nesse sentido, isso foi já dirimido.

**O Sr. Palácios** — Agradeço a Vossa Excelência.

**O SR. FIDELCINO TOLENTINO** — E as únicas divergências existentes no encaminhamento da solução completa desse aspecto todo, poderia ser com relação ao INCRA. E nós acreditamos já que não há nenhum impasse, nem com relação ao INCRA, nem com relação à DGTC, nem com relação a Itaipu. As poucas divergências neste campo, parece que já estão solucionadas.

**O Sr. Nelson Friedrich** — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Agradeço e apenas acrescentaria a esse seu pronunciamento que traduz bem a que ponto chegamos na Nação brasileira. Na verdade neste País, para se obter justiça, o cidadão tem que ir à rua, lutar por ela. Aquilo que é um direito natural, um direito originário da pessoa humana, o operário, indenizado de Itaipu, o suinocultor, o professor, seja quem for, se vê obrigado a ir à rua, a ir a campo lutar, para tentar sensibilizar as autoridades e os órgãos oficiais, quanto à justiça do seu pedido.

Mas aproveito este instante, Deputado Fidelcino Tolentino, para dizer que mentirosamente a Binacional Itaipu vinha veiculando pela Imprensa, de que não havia mais nenhum problema, de que antes até do tempo determinado, todos os acordos seriam realizados e que tempestivamente, portanto, as indenizações estavam se processando.

E enganosa a notícia, como enganosa tem sido a propaganda do Governo do Estado do Paraná e o Governo brasileiro, buscando pacificar a opinião pública em cima de seus objetivos imediatos eleitorais.

Porque, exemplo mais característico do desespero dos agricultores é que há 600 famílias remanescentes, após idas e vindas a Foz do Iguaçu chegaram mais uma vez à conclusão de que a única maneira de tentar reaver, receber aquilo que lhe é justo, seria mais uma vez ir à praça pública. E aí se marcou para hoje, às 09:00 horas da manhã a saída da praça central de Santa Helena, a caravana rumando a Foz do Iguaçu. Vários ônibus estavam sendo contratados, caminhões, da maneira em que o agricultor encontraria um instrumento para chegar a Foz do Iguaçu. Mas o principal problema está exatamente aí.

Além de enganosa notícia que Itaipu veicula, não cumpre o acordado. Porque, quando do movimento de 54 dias de acampamento, foi formado um protocolo, um compromisso assinado, inclusive subscrito pela própria igreja que participou do movimento.

E este compromisso, Itaipu estava negando. Não cumpre nem o que firmara. Porque, muitos dos acordos feitos em novembro, até agora no dia de hoje, não foram pagos.

E por isso o movimento. Eles querem agora, que uma vez o acordo feito para indenização, que dentro de 15 dias, o cheque correspondente, seja entregue ao agricultor.

Segunda questão: que haja correção pelo INPC.

Terceira questão básica para eles, é que Itaipu havia dado prazo de até abril para a saída das famílias. E como é possível se até agora Itaipu não conseguiu indenizar as 600 famílias que ainda restam, como é que fariam dentro de um mês e poucos dias?

Por isso, os agricultores definiram: não sairemos de nossas áreas, enquanto não estiver tudo e de todos acertado.

Por isso, o movimento retorna. E ontem à noite, diante da pressão a direção da Binacional Itaipu convocou e solicitou encarecidamente que a Comissão dos Agricultores mantivesse um encontro com os representantes da Binacional.

E aí, a Binacional aceitou mais uma vez, depois do movimento deflagrado e que iniciariam hoje a marcha e que aceitou todas as condições. Ficando somente pendente a questão do preço dos lotes urbanos da cidade de Santa Helena que será ajustado de comum acordo com a comissão central dos agricultores.

Ora, termino essa minha intromissão no seu pronunciamento para registrar esse aspecto.

Itaipu, enganosamente perante a opinião pública, veicula que está tudo acertado e que está cumprindo a risca.

A prova exata que vem ao socorro do seu pronunciamento da posição da Oposição, neste Estado, da posição da igreja neste Estado, é que agora, 600 famílias se predispunham a fazer mais uma marcha. É a prova mais exata do desequilíbrio, da injustiça e, acima de tudo, dessa maneira perniciososa com que a Binacional tem agido neste Estado.

E a rigor sob a complacência do Governo do Estado do Paraná.

Muito obrigado.

**O SR. FIDELCINO TOLENTINO** — Agradeço a oportuna intervenção do aparte de Vossa Excelência que vem testemunhar o pronunciamento que este Deputado vem propor e adotar desta tribuna.

Mas, quero dizer, Deputado Nelson Friedrich, que esta posição enganosa de Itaipu se faz reiteradamente e ainda agora neste último episódio que poderia deflagrar em marcha deste movimento, o que a Itaipu vinha veiculando, é que só restavam 215 expropriados para o ajustamento da quitação final do pagamento final do preço, e que, na verdade, não são 215, mas, 600, aproximadamente, 600 expropriados que ainda aguardam o pronunciamento e a presença efetiva do pagamento do preço de suas terras.

Desta forma, Deputado, eu vejo, em Itaipu todo o processo desencadeado para implantação desta usina, a maior usina do

mundo. Quero dizer que também foi uma das maiores frustrações do mundo, a nível de voluntariedade de um Governo. Porque, veja Vossa Excelência, ao lado dos 820 quilômetros quadrados de terras férteis, ao lado da expulsão de 6.000 famílias, só do lado brasileiro, ainda está sendo uma agressão ecológica à região, quando mais não ser possível admitir uma tremenda agressão à natureza...

O SR. PRESIDENTE — Consulto a Liderança do PMDB se o Deputado Fidelcino Tolentino poderá usar do horário destinado ao seu Partido.

O SR. TRAJANO BASTOS — O Deputado Tolentino tem 5 minutos, ficando os restantes, 10 minutos, ao Deputado Deni Schwartz.

O SR. PRESIDENTE — Por cinco minutos, permanece na tribuna o Deputado.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Agradeço à Liderança, e quero dizer o seguinte: que ainda há poucos dias, no mês de janeiro, a Nação e o mundo assistiram a um dos episódios mais repugnantes que um País pode ter. Foi aquele transtornante desastre de Guaíra.

E eu quero indagar: quem é o responsável por esta situação catastrófica que mais uma vez denigre o bom nome do Estado do Paraná? O episódio daquela chamada hecatombe, daquele desastroso evento, numa das pontes do Salto de Guaíra?

Evidentemente que se nós buscarmos as suas raízes, vão encontrar o seu nascedouro exatamente na Usina Binacional Itaipu.

E por desídia do Governo, seja do Estado, seja do Governo Federal, através do IBDF, até agora não sentimos nenhuma manifestação, senão manifestação da Imprensa, de solidariedade, apenas politqueira, no sentido de resguardar todas aquelas famílias que vieram se despedir e acabaram sendo despedidas pelas águas turbulentas das Sete Quedas de Guaíra.

É neste sentido, Sr. Presidente, que venho a esta tribuna lamentar, mais uma vez que, ao lado das pressões que o Governo vem sofrendo, e só cede espaço às reivindicações motivadas pelos movimentos populares, mas ao lado deles, sempre ficam as cicatrizes que serão, no curso do tempo, no curso da história, debitadas ao Governo do Paraná, e, sobretudo, ao Governo desse sistema que se implantou no País, à revelia da vocação libertária do povo, e à revelia dos interesses da nossa população.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (Fiori Lúcio) — Segundo entendimento da Liderança do PMDB, usará a palavra o Sr. Deputado Deni Schwartz, no restante do horário.

O SR. DENI SCHWARTZ — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Com muita satisfação, usamos a tribuna, hoje, para elogiar as declarações do ilustre Deputado Norton Macedo, Presidente do PDS.

O Deputado Norton Macedo, se manifestando com relação aos "pacotinhos" que estão sendo enviados ao Congresso, se posicionou na imprensa paranaense, contra tais "pacotinhos".

São suas as seguintes palavras:

"O Presidente Regional do PDS, Deputado Norton Macedo, considerou, ontem, a ampliação dos prazos para desfiliação e filiação dos descontentes com a incorporação do PP pelo PMDB como uma medida desnecessária, antipática e incapaz de produzir bons resultados"

Em sua opinião "os 30 dias, inicialmente determinados para isso, foram mais que suficientes para que os insatisfeitos estudassem a possibilidade e fizessem uma opção consciente"

Mais adiante, o Presidente do PDS do Paraná, diz o se-

guinte: "a reeleição não se pode ignorar. Existem em sistemas perfeitamente democráticos. Mas, pretender implantá-las agora, para beneficiar os atuais mandatários, seria casuismo escandaloso, a nível estadual, ou municipal".

"Entendo que a reeleição é salutar, mas instituída de forma a não beneficiar este ou aquele grupo. Não creio também no êxito do projeto que se encontra em tramitação".

Sr. Presidente, Srs. Deputados, estas mesmas palavras na boca de um oposicionista, provavelmente seria taxado de radicalização. Na boca de um Deputado oposicionista, provavelmente até o Presidente da República - agora cabo eleitoral de menor expressão, já que, se de um lado é salutar que vá ao palanque discutir, debater e fazer pregação democrática, pregação por eleições, de outro lado, não se pode calar quando isso é feito às expensas do erário público. Até, na expressão do Sr. Presidente da República, provavelmente o Sr. Norton Macedo seja um homem "esquerdizante" termo muito em voga agora.

É o que dizer do amoral José Sarney, Presidente do PDS Nacional, que, no seu amoralismo, tem feito afirmação, pela televisão, que devem estar arrepiados todos os democratas deste País.

Não sei como se sente o Sr. José Sarney quando põe o seu fardão da Academia, de Imortal da Academia, já que o seu amoralismo não pode, naturalmente, ser entendido, ou compreendido, pelos imortais.

O Sr. José Sarney, assim, como quando veio ao Paraná, deixou de ouvir o seu Partido, agora leva o troco do Sr. Norton Macedo.

Estamos nos parabenizando com o Sr. Norton Macedo e também aproveitamos para registrar, nos Anais da Casa, o que dizem os jornais, hoje, para que possamos, amanhã, cobrar idêntica posição do Sr. Norton Macedo, quando lá forem votados os "pacotinhos", lá no Congresso. Cremos que ele terá as condições morais - já que está se manifestando através da imprensa, para votar contra essa liberalização de filiação partidária de mão única. Porque, nós mesmos achamos que se, não fosse essa mão única dessa liberalização de filiações, até nós poderíamos recebê-las.

Aliás, desde já estamos a cobrar do Sr. Norton Macedo o apoio à emenda que o PMDB, no Congresso Nacional, irá apresentar a um dos "pacotinhos", qual seja, 2 emendas de que essas desfiliações, essas mudanças de partido, se façam em dupla mão. Ou será que o PDS tem medo de perder muitos dos seus filiados? Sr. Presidente, Srs. Deputados, o que se pretende de fato e nisto o Sr. Norton Macedo está sendo muito claro, não é abrir um prazo para que, descontentes do PMDB saiam, e vão para outros Partidos, o que pretende o Governo com este "pacotinho" de fato, é, abrir o que estou chamando de "temporada de compra", "temporada de negociações", temporada da corrupção". O que se pretende, Sr. Presidente, é, a compra, simples e pura, daqueles que têm um preço, pois este País assistirá, aprovada esta Lei, assistirá, não tenho dúvidas, o período de maior corrupção que já passou neste País, e, é preciso alertar o povo brasileiro para que, todos aqueles que saiam se utilizando desta lei que está por vir, que saiam do PMDB, sejam postos sob suspeição, para saber qual o preço que está custando aos cofres públicos, essa debanda. Desafiamos o Governo e o sistema e o Partido que o sustenta, para que faça, que liberalize os prazos, em dupla mão, porque aí sim nós teremos a verdadeira composição das forças políticas atualmente no País, mas, pretender impor apenas a um Partido, ao PMDB, o que se pretende, é imoral, é a institucionalização da corrupção. Mas nós temos a certeza de que o povo brasileiro, o eleitor saberá julgar perfeitamente aqueles que, eu não tenho dúvida, trocarão de partido por cruzeiros muito bem contados, por cruzeiros suados do povo brasileiro, por cruzeiros saídos dos cofres públicos. Se respeitamos aqueles que na reforma partidária



ria tomaram outros rumos, se respeitamos aqueles que, dentro do prazo legal estabelecido em lei sobre a incorporação, tomaram outros rumos, não poderemos respeitar e o povo brasileiro terá de rejeitar, todos aqueles que tomaram outro rumo, utilizando-se dessa lei, porque aí será a institucionalização da corrupção.

Srs. Deputados, estamos falando desta tribuna, num elogio ao Sr. Norton Macedo, para apelar que ele transforme, a sua manifestação de vontade, numa manifestação de ação — ele é o Presidente de um Partido, ele hoje está com a moral, a mesma moral que não teve o Sr. Governador Ney Braga quando se posicionou contra a sub-legenda após a derrota da mesma, porque, só após a derrota da sub-legenda, o Sr. Governador Ney Braga veio dizer que também era contrário à sub-legenda para Governador, o Sr. Norton Macedo assume um papel importante na vida política brasileira, porque, como Presidente do PDS Regional de um dos mais importantes Estados da Federação, ele se posicionou antes da votação, e nós estamos a cobrar que essa manifestação de vontade transforme-se em uma manifestação de ação, e que ele percorra este País e que demova o sistema e o Governo, a mais um caso — conforme ele mesmo está aqui a apontar.

O Sr. Fidelcino Tolentino - Vossa Excelência permite um aparte? — (Assentimento).

Deputado Deni Schwartz, é extremamente oportuno o discurso de Vossa Excelência, e quero me esforçar para estar de acordo com ele, mas, por dever de formação quero, tenho que colocar uma dúvida.

O que se tem visto, Deputado Deni Schwartz, é que, homens eminentes da direção do Partido do Governo, a exemplo do Deputado Norton Macedo, nesse caso, eu quero deixar a minha dúvida, porque tem sido prática no Congresso Nacional e até aqui mesmo no Paraná, este parlatório a nível de imprensa, mas que, na hora da ação, ela se desencadeia, num ponto diametralmente oposto ao que a imprensa tem divulgado, e parece que há uma perfeita afinidade em se falar e não se cumprir.

Por isto, é que deixo a minha dúvida, de que o PDS como um todo, honre a palavra de muitos de seus líderes, quando coloca com Norton Macedo um posicionamento dessa natureza.

Eu até acredito, nobre Deputado, que o expediente a ser usado, será novamente aquele do decurso de prazo, porque quando o Governo tem interesse de fazer editar uma lei e não desgastar os Deputados, coloca-se o absurdo do decurso de prazo.

Quero crer e queremos esperar uma atitude que seja honrosa, até para resguardar a submersão em que se encontra o próprio Estado do Paraná, através de suas lideranças.

Muito obrigado.

O SR. DENI SCHWARTZ — Concluo, Sr. Presidente, lendo uma outra frase do Sr. Norton Macedo, para constar dos Anais. "Sempre considerei uma excrescência a Lei Falcão. Não se pode votar em ninguém por fotografia. O debate deve ser franco e aberto, acho até que não é o caso de se falar em reforma. A Lei Falcão deve ser revogada: pura e simplesmente".

Srs. Deputados, isto partindo do eminente Presidente do PDS, é muito significativo. Há muitos anos estamos falando isso. Seja bem vindo o Sr. Norton Macedo, às teses da Oposição.

Esperamos, repito, que a sua vontade seja transformada em ação.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — (Fiori Luiz) - No espaço reservado às

Lideranças, consultamos a Liderança do PDS se deseja fazer uso do seu horário.

Tendo declinado, consultamos a Liderança do PTB. — (Declina) :

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

### ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente. Necessita de apoio. — Apoiado. — Ao Departamento Legislativo.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 117/81, oriundo de Parecer ao Projeto de Lei nº 90/81, aprovado por maioria da C.C.J., que autoriza a realização de plebiscito na área que especifica, no Município de Guarapuava, para que a respectiva população se manifeste sobre a criação do Município de TURVO.

### PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 117/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### RESOLVE.

Art. 1º — Fica autorizada a realização de plebiscito na área adiante descrita, do Município de Guarapuava, para que a respectiva população se manifeste sobre a criação do Município de TURVO:

"Começa na barra do Rio Piquiri com o Rio Caçador, ou Cachoeira, segue pelo Rio Piquiri até a barra com o Rio Paiquerê, por este até encontrar sua cabeceira, deste ponto por linha seca até encontrar a cabeceira do arroio Passo do Jacu até encontrar a rodovia asfaltada PR-460, daí segue por estrada municipal GA-313, até encontrar a estrada GA-104, segue pela citada estrada até encontrar o Rio Marrecas, segue por este, no sentido descendente, até encontrar a estrada municipal Ga-356, desse ponto segue por linha seca, rumo Este, até encontrar o Rio São Francisco, por este, no sentido descendente, até encontrar a divisa com o Município de Prudentópolis, segue pela divisa (linha seca) até encontrar o Arroio da Areia, por este abaixo até encontrar o Rio Marrecas, por este até encontrar sua foz no Rio São Francisco, de cuja junção é formado o Rio Belo e por este até sua foz com o Rio Ivaí, por este, confrontando com o Município de Cândido de Abreu até encontrar a barra do Rio Pedrinho, segue por este, confrontando com o Município de Pitanga, até sua confluência com o Rio Bonito, por este, até encontrar a linha divisória (linha seca) e deste ponto até encontrar o Rio Caçador ou Cachoeira, pelo referido rio até sua barra (confluência) com o Rio Piquiri.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 04 de dezembro de 1981.

(aa) AIRTON CORDEIRO — Presidente

LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — Relator

— Em votação. — Aprovado.

O SR. MÁRIO CELSO — (Pela Ordem) Requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa defere e irá proceder a verificação de votação. — (É procedida a verificação) .

10 Srs. Deputados aprovam, nenhum Sr. Deputado rejeita. Não há "quorum" para votação nem para prosseguimento da sessão.

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão,

marcando outra para amanhã, dia 10, quarta-feira, à hora regimental, com a seguinte

# ORDEM DO DIA:

## EM VOTAÇÃO

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 117/81.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 118, 121, 127 e 155/81.

Levanta-se a Sessão.

## ATOS DA COMISSÃO EXECUTIVA:

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

## R E S O L V E:

### DECRETO LEGISLATIVO Nº 45/82

conceder a THEREZINHA DE OLIVEIRA LIMA, viúva do ex-Deputado Estadual Aguinaldo Pereira Lima, falecido no dia 15 de janeiro de 1982, pensão mensal no valor de oito (08) salários-mínimos regionais da Capital do Estado, nos termos das Leis nºs 4763 e 54, de 05 e 22 de novembro de 1963, com novas redações dadas pelas Leis nºs 6468, de 18 de outubro de 1973 e 6911, de 02 de setembro de 1977, e Art. 1.º, da Lei nº 7568, de 11 de janeiro de 1982, respeitando o seu Art. 3.º, a partir da data de óbito.

(Protoc. nº 466).

### DECRETO LEGISLATIVO Nº 46/82

exonerar JOSÉ SEVERINO SILVA FELINTO, do cargo em Comissão, símbolo 6-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Nilso Romeu Sguarezi, ficando revogado o Decreto Legislativo nº 343/81, que autorizou o mesmo a prestar serviço extraordinário, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos.

(Protoc. nº 958)

### DECRETO LEGISLATIVO Nº 47/82

I - prover LOURDES BORDIGNON, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 6-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Nilso Romeu Sguarezi; e,

II - autorizar a mesma a prestar serviço extraordinário, na conformidade do disposto pelo Art. 176, inciso I, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos.

(Protoc. nº 958).

### DECRETO LEGISLATIVO Nº 48/82

exonerar ALFREDO MARON, do cargo em Comissão, símbolo 3-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Gernote Kirinus, ficando revogado o Decreto Legislativo nº 119/79, que autorizou o mesmo a prestar serviço extraordinário, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos.

(Protoc. nº 837).

### DECRETO LEGISLATIVO Nº 49/82

I - prover GLACI JOSÉ GARCIA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 3-C, de Assessor Parlamentar,

com lotação no Gabinete do Deputado Gernote Kirinus, e,

II - autorizar o mesmo a prestar serviço extraordinário, na conformidade do disposto pelo Art. 176, inciso I, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos.

(Protoc. nº 837).

### DECRETO LEGISLATIVO Nº 50/82

exonerar SANDRA TEREZINHA MUNIZ MOREIRA, do cargo em Comissão, símbolo 3-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Pinto Dias, ficando revogado o Decreto Legislativo nº 105/80, que autorizou a mesma a prestar serviço extraordinário, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos.

(Protoc. nº 1084).

### DECRETO LEGISLATIVO Nº 51/82

I - prover MARIA BARBOSA NAVARRO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 3-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Pinto Dias, e,

II - autorizar a mesma a prestar serviço extraordinário, na conformidade do disposto pelo Art. 176, inciso I, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos.

(Protoc. nº 1084).

Palácio "XIX de Dezembro", em 09/03/82.

(aa) JOÃO MANSUR - Presidente

AUGUSTO CARNEIRO - 1.º Secretário

NILSO ROMEU SGUAREZI - 2.º Secretário

## ATOS DA DIRETORIA GERAL:

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

## R E S O L V E:

### PORTARIA Nº 42/82

I - revogar o item II, da Portaria nº 568/80, que designou para prestar serviços no Gabinete da Liderança do PP, o funcionário RICARDO SABÓIA KHURY, matrícula nº 107, ocupante do cargo de Assistente Legislativo A, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia; e,

II - designar o mencionado servidor para prestar serviços no Gabinete da Diretoria Geral, a partir de 01 de março de 1982.

### PORTARIA Nº 043/82

mandar contar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 150, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2.º da Lei nº 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor dos funcionários abaixo relacionados, todos do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, a contagem de férias conforme especifica:

IGLAIR SMANIOTTO - Mat. 298	2 meses	1981
IRANI CARINI - Mat. 179	2 meses	1981
REGINALDO XAVIER BITTENCOURT - Mat. 322	2 meses	1981
JONAS ZAMPIER - Mat. 339	2 meses	1981
JOAQUIM ANTÔNIO RODRIGUES - Mat. 311	2 meses	1981

NORBERTO HUSCH — Mat. 520 2 meses 1981  
 ERNESTO PERACETTA - Mat. 548 2 meses 1981  
 JOSÉ ALVES GUIMARÃES — Mat. 092  
 4 meses 1980 e 1981  
 CLEIDE ANGELINA MOLINARI DA SILVA —  
 Mat. 416 2 meses 1981  
 RUTE DA SILVA LOPES - Mat. 226 2 meses 1981  
 JOSEFA KUČEK LEVANDOSKI — Mat. 174  
 2 meses 1981  
 GABRIEL QUESADA FILHO - Mat. 067  
 2 meses 1981  
 ANTÔNIO CECCON — Mat. 554 2 meses 1981  
 ZENAIDE SILVA FILPO - Mat. 410 2 meses 1981  
 MAURICIO GONÇALVES - Mat. 152 2 meses 1981  
 ANTONIO MASSUCHETTO - Mat. 325  
 2 meses 1981  
 PAULINA SCHERNER SIMÕES — Mat. 223  
 2 meses 1981  
 OLENI FERREIRA LIMA - Mat. 379  
 4 meses 1980 e 1981  
 RONALDO BAPTISTA — Mat. 430  
 4 meses 1980 e 1981  
 EUTHÁLIA MARTINS DA SILVA — Mat. 245  
 2 meses 1981  
 EDMIR ENÉZIO DA SILVA - Mat. 498  
 2 meses 1981  
 ANTÔNIO CARLOS DANTAS — Mat. 304  
 2 meses 1981  
 RUI FRANCISCO GABARDO — Mat. 605  
 2 meses 1981  
 JOÃO CRUZ — Mat. 209 2 meses 1981

MARIA HERCILIA CÂMARA CONTER — Mat. 426  
 4 meses 1980 e 1981  
 RAIMUNDO CARLOS CAPELA PIOLI — Mat. 320  
 2 meses 1981  
 IZOLLA GLISTAU BARRICHELO — Mat. 207  
 2 meses 1981  
 DUILIO DIAS - Mat. 241 2 meses 1981  
 CLÉA CARNEIRO TEIXEIRA — Mat. 261  
 2 meses 1981  
 JORGE KUDRI — Mat. 286 2 meses 1981  
 EDISON CARLOS DE OLIVEIRA — Mat. 557  
 2 meses 1981  
 LUCIA MARIA DA VEIGA SEGALL — Mat. 422  
 4 meses 1980 e 1981

(Protocs. n.ºs 117, 166, 174, 178, 180, 191,  
 194, 199, 205, 206, 207, 211, 244, 246, 252,  
 260, 261, 263, 264, 277, 300, 509, 517, 549,  
 561, 695, 742, 786, 789, 808, 816 e 846).

## PORTARIA Nº 044/82

I — revogar a Portaria n.º 035/82, que designou para  
 prestar serviços no Serviço Médico, o funcionário LUIZ  
 DAL'BIANCO, ora à disposição deste Poder; e,  
 II — designar o mencionado funcionário para prestar  
 serviços no Gabinete da 4.ª Secretaria, até 31 de março  
 de 1983.  
 Gabinete da Diretoria Geral, em 05 de março de 1982.

(a) PAULO DE TARSO DE OLIVEIRA ABBAS  
 Diretor Geral